

## **EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS: CONTEXTOS DE PESQUISA**

Ana Luscher\*

### **1. Apresentação**

Nesta oportunidade irei apresentar alguns resultados e desdobramentos de um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido por docentes e estudantes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/UFMG, na linha de Políticas Públicas e área temática de Avaliação Educacional. Trata-se do projeto *Educação profissional e evasão escolar* que investiga a evasão estudantil na educação profissional técnica de nível médio em Minas Gerais, no período de 2001 a 2008.

Este projeto faz parte do programa <Observatório da Educação> organizado e patrocinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no âmbito do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME) também da Fae/UFMG. Aqui na UFMG o projeto se desdobra no *Observatório da Educação Profissional em Minas Gerais*. Nesse contexto, abriga um projeto de dissertação de mestrado voltado à pesquisa da presença feminina na educação técnica em Minas Gerais e duas teses de doutorado: uma que investiga a política de inclusão de pessoas com deficiência na educação técnica e outra voltada à pesquisa do currículo das escolas técnicas e sua maior ou menor relação com a evasão, nessa modalidade de ensino. O projeto também cria oportunidades de formação em pesquisa para vários estudantes de graduação.

Tem por objetivos:

1. Identificar a evasão escolar nos cursos técnicos bem como às suas causas, analisando-as de acordo com o contexto mais amplo das diferenças educacionais e regionais no Brasil e em Minas Gerais.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação, linha de Políticas Públicas em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

2. Realizar, em escolas técnicas de Minas Gerais, estudos qualitativos sobre causas do abandono escolar em áreas de formação profissional que apresentem taxas mais elevadas de matrícula.
3. Analisar a educação técnica no contexto da política educacional brasileira, em especial nas suas relações com a educação de nível médio.
4. Integrar rede internacional de pesquisa sobre evasão escolar no ensino técnico.

O desenvolvimento desses objetivos exigiu o entrecruzamento de procedimentos de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa. Foram adotados procedimentos qualitativos para identificar e construir o objeto de pesquisa e o seu contexto de relações: a evasão, seus indicadores e os diferentes contextos em que as escolas técnicas de nível médio estão inseridas: seja o contexto da política educacional, seja o do mundo do trabalho, dentre outros.

Num segundo momento foram utilizados procedimentos quantitativos que permitiram a apreensão do objeto de estudo numa perspectiva mais horizontal e descritiva.

Finalmente, no momento atual, o grupo de pesquisa dedica-se a investigar a existência de evasão e suas causas em um universo de escolas técnicas de Minas Gerais, por meio de entrevistas com diretores, coordenadores, professores, além, naturalmente, de estudantes que se evadiram.

## **Os múltiplos contextos da pesquisa sobre evasão na educação técnica**

### **1. Antecedentes: a educação básica**

A investigação sobre a existência de evasão e suas causas em cursos técnicos de nível médio toma como perspectiva analítica o princípio de que existe uma estreita relação entre o estudo da evasão escolar e a pesquisa das condições que levam os estudantes a permanecer na escola ou a abandoná-la antes da conclusão de um curso. Uma multiplicidade de fatores intervém sobre a decisão dos estudantes de permanecer ou não na escola: desde a sua inserção no contexto mais amplo da sociedade brasileira, o que envolve questões econômicas, sociais, políticas, culturais e educativas, às suas próprias escolhas, desejos e possibilidades individuais. Independentemente dos fatores que possam influenciar o abandono da escola, a decisão de fazê-lo entra em conflito com o preceito constitucional segundo o qual é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência,

tendo em vista o seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.<sup>1</sup>

As mediações entre as condições gerais presentes no contexto social e aquelas apresentadas pelo estudante no desenvolvimento de uma escolaridade plena são realizadas pela escola. A escola representa do ponto de vista social e individual, oportunidade fundamental para se enfrentar e superar limitações do contexto diante de desejos e aspirações dos indivíduos, permitindo-lhes construir novas, mais complexas e mais amplas perspectivas de inserção e de participação na vida social. Mas isso requer a permanência do estudante na escola.

Na educação brasileira, a evasão estudantil, especialmente no ensino fundamental, era até há pouco tempo reconhecidamente recorrente e apontada como um dos grandes entraves à democratização da educação. (WERLE, 2002; BRANDÃO; BAETA, 1883; ROCHA, 1983) Hoje, existem políticas governamentais de cunho educacional e/ou social, tais como a progressão automática entre as séries e o programa Bolsa Família, que contribuíram para universalizar o acesso ao ensino fundamental e, em certa medida, para conter a evasão estudantil, embora não tenham alcançado a plena democratização desse nível de ensino. A ocorrência de repetência, associada a baixos resultados nos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), evidenciam que a democratização da educação requer bem mais do que a presença de 97% das crianças de 7 a 14 anos na escola fundamental<sup>2</sup>. É o desenvolvimento da qualidade do ensino que tem ocupado a centralidade nos debates sobre a educação fundamental, tanto no meio político como no acadêmico. Assim, o foco do processo de democratização volta-se para a aquisição e o domínio satisfatório de conhecimentos, de competências, habilidades e atributos esperados em crianças e jovens egressos do ensino fundamental e que devem estar aptos a percorrer os desafios intelectuais do ensino médio e da preparação para o mundo do trabalho. (GARCIA; MOREIRA, 2008; LOPES; MACEDO, 2005)

A importância do desenvolvimento de mecanismos para promover a democratização do ensino fundamental é indiscutível. Contudo, a magnitude de seus problemas tende a ofuscar a identificação e o trato de questões relacionadas à educação de nível médio ou à educação profissional técnica de nível médio. A realização da meta constitucional de universalização progressiva do ensino médio e de expansão do ensino técnico requer a

---

<sup>1</sup> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - cap. III, artigos 205 e 206.

<sup>2</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007.

identificação dos gargalos de contenção nesses níveis de ensino de forma a garantir o fluxo contínuo e de qualidade na formação escolar.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Sistema de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (EDUDATA-INEP) mostram que há grandes desníveis na escolarização dos jovens de 15 a 17 anos, faixa etária mais representativa da escola média: em 2007, eles representavam cerca de 55,0% do total das matrículas.<sup>3</sup> No entanto, na região Sudeste do país, que apresenta a maior média regional de frequência ao ensino médio, 42% dos jovens nessa faixa etária estava fora da escola de nível médio contra 67% no Nordeste.<sup>4</sup> Além disso, comparando-se os dados de matrícula entre 2001 (8.984.000 matrículas) e 2007 (8.264.816 matrículas), observa-se uma tendência ao crescimento que, até 2004, não supera 2%. A partir de então, e até 2007, pelo menos, o crescimento das matrículas no ensino médio torna-se negativo.<sup>5</sup> São informações que indicam a insuficiência do ensino médio para acomodar a população na faixa etária que lhe seria correspondente. Indicam também a presença de gargalos significativos no fluxo escolar do ensino fundamental ao médio, dificultando a continuidade de estudos dos jovens, seja para a conclusão da educação básica, seja para o seu direcionamento posterior a uma formação técnica de nível médio ou para o ingresso em um curso superior.

A existência de gargalos no fluxo escolar da educação básica repercute nas possibilidades de acesso à educação técnica, visto que a primeira é pré-requisito da segunda. Em 2007, no Brasil, o total de matrículas em escolas técnicas não representava mais do que 8,25% (682.431) das registradas no ensino médio.<sup>6</sup> E quando se considera o total de jovens de 15 a 19 anos, as matrículas no ensino técnico não representam mais do que 4,3% daquela

---

<sup>3</sup> Sinopse estatística 2007 MEC/Inep/Deed.

<sup>4</sup> Isso não significa que os demais 58% dos jovens estivessem fora da escola; boa parte deles encontrava-se ainda no ensino fundamental. Considerando-se todas as matrículas de jovens de 15 a 17 anos, independentemente do nível de ensino, 82% dos brasileiros nessa faixa etária estavam na escola, em 2006

<sup>5</sup> Para **2001** - 8.398.008; **2002** – Crescimento de 4%; **2003** - Crescimento de 4%; **2004** – crescimento de 1%; **2005** – Crescimento negativo de 2%; **2006** – Crescimento negativo de 1%. 2007-8.264.816 matrículas (Cf. dados disponíveis em: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>)

<sup>6</sup> Censo Escolar INEP-MEC 2006. Sinopse estatística, 2007. Fonte: MEC/Inep/Deed.

população. Além disso, quando a referência é o total da população estudantil brasileira (56 milhões, em 2006), a participação da educação técnica é ainda menor: 1,2%.<sup>7</sup>

Assim, é no âmbito da precária situação da educação básica que se situa a educação técnica de nível médio. Da reflexão sobre esse contexto emerge a temática central da investigação: as condições de acesso e de permanência dos estudantes na educação profissional técnica de nível médio.

## **2. O acesso às informações sobre evasão no ensino técnico**

Outra dimensão importante do contexto em que se realiza a pesquisa sobre a evasão no ensino técnico refere-se à escassez de informações sobre a questão, seja escassez de indicadores estatísticos, seja de pesquisas e de material bibliográfico. (DORE; LÜSCHER; BONFIM, 2008)

### **2.1 Escassez de indicadores estatísticos**

Nos questionários do Censo Escolar do INEP/MEC, principal fonte de informações sobre o movimento escolar nos diferentes níveis de ensino, até 2007, havia poucas informações sobre as escolas técnicas; elas se restringiam ao número de matrículas e de conclusões, por área de formação, por curso e por ano de nascimento dos alunos. Não havia possibilidade de se identificar dados sobre repetência, evasão/abandono ou transferência de curso. Por outro lado, os dados de conclusão são tão dispares frente aos de matrícula que, ao mesmo tempo em que podem sugerir forte evasão, torna-se uma temeridade aventar qualquer hipótese quantitativa sobre esse problema. A partir de 2007, houve significativa alteração na organização do Censo Escolar. O cadastramento passou a ser feito por aluno o que irá permitir a identificação do movimento de cada estudante no interior do sistema de ensino. Estamos aguardando a divulgação dos resultados do Censo de 2008 para podermos proceder, finalmente, a uma identificação da evasão estudantil no ensino técnico entre 2007 e 2008 abrangendo todo o ensino técnico no estado de Minas.

Outra fonte de informação por meio da qual se buscou identificar a evasão no ensino técnico é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, as informações constantes da PME (matriculas,

---

<sup>7</sup> Cf. dados disponíveis em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=1&i=P>

abandonos e conclusões) referem-se ao conjunto dos cursos de formação profissional não discriminando níveis ou áreas de formação. Mais recentemente, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEEMG), no âmbito do Programa de Educação Profissional (PEP), implantado em 2008, passou a levantar e organizar dados sobre a evasão e suas principais causas. Como veremos adiante, são informações de grande relevância para o nosso estudo ainda que não abranjam o conjunto do ensino técnico em Minas Gerais.

Dificuldades e limitações em informações estatísticas sobre a educação profissional nos seus vários níveis, não é um problema que se restringe ao Brasil. Estudos da International Centre for Technical and Vocational Education and Training (UNESCO-UNEVOC)<sup>8</sup> vêm apontando dificuldades na realização de análises comparativas entre sistemas de formação profissional de diferentes países, não só pelas peculiaridades e particularidades de organização desse tipo de educação em cada país, mas, principalmente, pela falta de registros estatísticos consistentes e uniformes que permitam estabelecer parâmetros de comparação. Ainda assim, em muitos países a evasão de estudantes no ensino médio e na educação técnica vem sendo objeto constante de pesquisas e de estudos (ENSMINGER, 1992; FINN, 1989; JÓNASSON; BLONDAL, 1999; RUMBERGER, 1987, 1995, 2000, 2004; MARKUSSEN, 2004).

Essa observação nos leva a outra dimensão do contexto da pesquisa sobre evasão e que se relaciona à escassez de estudos sobre o tema, no Brasil.

## **2.2 Escassez de pesquisas no Brasil**

A evasão na escola de nível médio e na educação profissional tem sido objeto de pesquisas em diversos países, especialmente na Europa e na América do Norte. Os estudos sobre o tema, além de apresentarem numerosos indicadores de evasão, têm enfatizado que as políticas para o seu controle deveriam voltar-se, primeiramente, à prevenção.

No Brasil, a evasão escolar tem sido identificada como grave problema na educação fundamental e na educação superior (ANDRIOLA; MOURA, 2006; KIPNIS, 2000; PEIXOTO; BRAGA, 1999; SANTOS, 2002; SILVA, 2006; VELOSO; ALMEIDA, 2002). Há reconhecimento de que o problema é também grave no ensino médio. Recente pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que analisou dados de evasão no ensino médio, constantes da

---

<sup>8</sup> [www.unevoc.unesco.org/publications/](http://www.unevoc.unesco.org/publications/) PARTICIPATION IN FORMAL TECHNICAL AND VOCATIONAL EDUCATION AND TRAINING PROGRAMMES WORLD WIDE: AN INITIAL STATISTICAL STUDY.

Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar-PNAD e da Pesquisa Mensal de Emprego-PME, causou grande impacto nos meios de comunicação.<sup>9</sup> Contudo, quando se trata da educação técnica de nível médio, os estudos quase inexistem. (OLIVEIRA, 2001) A pesquisa bibliográfica sobre o assunto, realizada na base de dados da Faculdade de Educação da UFMG, que dispõe de 100% das revistas científicas publicadas no Brasil na área educacional, identificou apenas 49 artigos referentes à temática da evasão/abandono escolar. Nesse pequeno número de artigos estão incluídos estudos sobre todos os níveis de ensino. Destes, apenas um deles contemplava a educação profissional de nível técnico. (DORE; LUSCHER, 2008) Há um número maior de artigos sobre a temática do fracasso escolar (197), mas, na sua maioria, reportam-se à educação fundamental e tratam a evasão e a repetência quase indistintamente como fatores de fracasso. Dessa forma, a análise da evasão perde a especificidade necessária à sua plena compreensão.

Se a evasão no ensino técnico não tem sido objeto de investigação, pesquisas realizadas sobre esse problema nos outros níveis de ensino e, em especial, no ensino superior, oferecem pistas significativas sobre possíveis causas de evasão a serem buscadas também no ensino técnico, tais como: nível socioeconômico dos estudantes e dificuldades para conciliar estudo e trabalho (Serpa; Pinto, 2000; Neto, 2001; Andriola; Moura, 2006); desconhecimento do curso e imaturidade na escolha profissional; desilusão com o curso; desestímulo do mercado de trabalho, que desprestigia algumas carreiras ou não absorve profissionais de determinadas áreas; fraco desempenho acadêmico no primeiro ano do curso devido à formação precária no ensino fundamental (Veloso e Almeida, 2002); repetência, dificuldades com o corpo docente; dificuldade de adaptação à estrutura dos cursos (Peixoto; Braga, 1999; Kipnis e Barecha 1998; Kipnis, 2000; Borzo, Silva, Polenz, 2004; Gomes, 2005; Silva; Mainer; Passos, 2006), dentre outros motivos.

A maioria desses indicadores é mencionada em pesquisas internacionais e norteou a construção dos instrumentos de coleta de dados que estão sendo utilizados nas entrevistas com estudantes evadidos, professores, coordenadores e diretores de escolas técnicas, na etapa atual de nossa pesquisa.

O Programa de Educação Profissional da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – PEP identificou, recentemente, causas de evasão nos cursos técnicos oferecidos, a partir de 2008, em todo o estado. Foram as primeiras e também as únicas indicações precisas sobre a ocorrência de evasão nesse nível de ensino e suas causas, a que tivemos acesso. As

---

<sup>9</sup> Motivos da evasão escolar in: [www.fgv.br/cps/tpemotivos](http://www.fgv.br/cps/tpemotivos)

razões para o abandono são indicadas pelo próprio estudante quando se desligam do curso ou quando são procurados pela escola para justificar o não comparecimento. Não são indicadas possíveis causas intra-escolares nos processos de evasão. Mais à frente nos deteremos nos números do PEP

Antes, porém, passaremos brevemente por um terceiro contexto da pesquisa sobre evasão que diz respeito à: **1.** a diversidade de situações que podem ser consideradas como evasão; **2.** O vasto e intrincado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes no fenômeno da evasão.

### **3. A diversidade de situações de evasão e suas causas**

A evasão escolar tem sido associada a situações que se referem desde a retenção e repetência do aluno na escola até a sua saída da instituição, do sistema de ensino, ou a sua não conclusão de um determinado nível de ensino, ao abandono da escola e posterior retorno. Refere-se também àqueles que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que conclui um determinado nível de ensino, mas se comporta como um *dropout*. Outro aspecto considerado relevante nas situações de evasão concerne ao nível escolar em que ela ocorre, pois o abandono da escola fundamental ou de nível médio (Viadero, 2001; Finn, 1989), é significativamente diferente daquele que ocorre na educação de adultos ou na educação superior (Montmarquette; Mahseredjian; Houle, 2001; Morrow, 1986).

A questão da evasão escolar na escola média na sua versão profissionalizante, ou não, vincula-se à sua maior ou menor democratização em termos do acesso da população a esse nível de ensino. Em muitos países, especialmente na Europa, o amplo acesso ao ensino médio tem se tornado uma realidade. A situação desse nível de ensino aproxima-se, gradualmente, da que ocorre no nível primário, ou seja, a universalização do acesso. Contudo, o fato de a educação média ou secundária não ser obrigatória como o é a primária ou fundamental, no nosso caso, tem conseqüências significativas sobre o fenômeno da evasão, levando alguns pesquisadores do assunto a distinguir três dimensões conceituais indispensáveis à investigação do abandono escolar: **1ª)** dos níveis de escolaridade como a educação obrigatória, a educação média ou a superior; **2ª)** dos tipos de evasão como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; **3ª)** das razões que motivam a evasão como, por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade



de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais (Jordan; Lara; McPartland, 1996). Outra dimensão considerada importante no estudo da evasão escolar refere-se à perspectiva adotada no exame do problema: do indivíduo, da escola ou do sistema de ensino. Algumas vezes, o que é entendido pelo sistema como um problema de evasão não o é para o indivíduo ou para a escola considerada isoladamente. (Dwyer; Wyn, 2001). Do ponto de vista do sistema, pode ser um problema, por exemplo, readmitir o estudante dez anos depois de ele ter abandonado o processo de escolarização, mesmo que a escola ou o estudante não pensem assim.

Na maior parte dos países europeus, espera-se que o estudante termine a escola média entre 17 e 19 anos, pois se não completar seus estudos nessa faixa etária ficará privado de suas chances dentro do sistema. Caso o estudante não siga seu percurso escolar no tempo determinado, o sistema precisará adotar estruturas alternativas pesadas e onerosas para permitir-lhe voltar, tal como são as escolas de segunda oportunidade. Essa é uma perspectiva tradicional diferente daquela que propõe a “*educação permanente*”, na qual o abandono e o retorno do estudante não são entendidos necessariamente como um problema. O estudante vai e volta. A *educação permanente*, porém, refere-se, primordialmente, ao contexto da vida adulta. Contudo, na análise da evasão escolar, seja do ponto de vista do sistema de ensino tradicional, seja do ponto de vista da educação permanente, deve estar clara qual é a perspectiva que é considerada referência, bem como os possíveis nexos entre as diversas perspectivas: a perspectiva do sistema; a perspectiva da escola; a perspectiva de prevenção; a perspectiva social; a perspectiva individual.

Se a diversidade de situações que podem ser consideradas como evasão já torna o exame do problema bastante complexo o que dizer quando se introduz nesse quadro de investigação as causas da evasão estudantil.

Para Rumberger, um dos mais importantes pesquisadores da evasão nos Estados Unidos, entender as causas da evasão é a chave para se encontrar soluções para o problema. Além disso, as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos relacionados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive.

Em ampla revisão das diversas pesquisas sobre causas da evasão, Rumberger identifica como principais contextos de investigação do problema: 1) a perspectiva individual que compreende o estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar e 2) a perspectiva institucional, que

compreende a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos. No âmbito individual, são considerados os valores, os comportamentos e as atitudes que promovem um maior ou menor engajamento (ou pertencimento) do estudante na vida escolar. Ainda que existam diferentes teorias sobre a evasão, a maior parte delas afirma a existência de dois tipos principais de engajamento escolar: o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar. A forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interferem de modo decisivo sobre a decisão de evadir ou de permanecer na escola.

Na perspectiva institucional, o background familiar (nível educacional dos pais, renda familiar e estrutura da família) é, reconhecidamente, o mais importante fator isolado para o sucesso escolar ou para o abandono do percurso, em algum ponto. Outro fator de controle da evasão relacionado à família e que tem sido muito enfatizado pelas pesquisas recentes refere-se ao capital social, ou seja, à qualidade das relações que os pais mantêm com seus filhos, com outras famílias e com a própria escola. (Coleman, 1988; McNeal, 1999; Teachman et al., 1996) Nos fatores escolares que podem ser relacionados à evasão ou à permanência do estudante na escola distinguem-se: 1- a composição do corpo discente; 2- os recursos escolares; 3- as características estruturais da escola e 4- os processos e práticas escolares e pedagógicas. Cada um desses fatores desdobra-se em muitos outros que, no seu conjunto, compõem o quadro escolar que pode favorecer a evasão ou a permanência do estudante. Finalmente, as pesquisas indicam que a comunidade e os grupos de amigos também têm grande influência sobre os processos de evasão.

Do vasto e intrincado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes na análise da evasão, destaca-se a explicação de que a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante na vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo. (Newmann et al., 1992; Wehlage et al., 1989; Finn, 1989).

A complexidade do processo de evasão demanda soluções também complexas, de difícil execução e que envolvem a participação de diversos agentes sociais. A maior parte dos estudos propõe a “prevenção”, identificação precoce do problema e acompanhamento individual daqueles que estão em situação de risco, como o encaminhamento mais adequado para o problema. (Draft to the Commission on Lisbon and VET, p. 105). Além disso, três principais agentes são fundamentais nas respostas ao problema da evasão: **1.** o sistema de

ensino que deve assegurar a diversidade de escolhas à população que deseja ou precisa retornar à sua formação; **2.** as instituições escolares que devem buscar soluções para os problemas que estão na sua área de competência; e **3.** o sistema produtivo que deve estimular o jovem a retomar seu processo formativo. No entanto, dada a diversidade de situações que podem ser consideradas na análise da evasão escolar e as imprecisões que ainda estão presentes no conceito, a maior parte dos pesquisadores conclui que ainda permanece uma grande defasagem de conhecimentos a respeito do assunto e que os problemas nessa área ainda não foram resolvidos.

A literatura consultada aponta, ainda, a evasão escolar na educação técnica como uma das razões mais significativas para a baixa qualificação e habilitação profissionais apresentada pelos jovens nas suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho (Eurydice, 1997; OECD, 2003, 2004). Para controlar o problema, não é suficiente examiná-lo em suas conseqüências e buscar soluções quando ele já tenha se manifestado. Ao contrário, o que a literatura tem enfatizado é a necessidade de políticas públicas cujo objetivo seja a prevenção da evasão escolar, ou seja, sua identificação antecipada de modo que seja possível o acompanhamento individual de jovens em situação de risco (Draft to the Commission on Lisbon and VET, 2004). Mesmo nos países onde já se tem conhecimento, e também algum controle, de indicadores mais freqüentes de abandono, permanece ainda uma significativa evasão em certos ramos dos estudos profissionais o que acentua a necessidade de estudos sobre os motivos que têm levado os jovens a abandonar a educação profissional na atualidade. (Markussen; Sandberg, 2005)

No Brasil, e em Minas Gerais, o acesso dos jovens ao ensino médio não foi ainda universalizado mesmo que esse objetivo esteja no horizonte das políticas públicas para a educação. Por outro lado, no caso do ensino técnico, tem havido investimentos em sua expansão, tanto no plano federal quanto no estadual, o que inclui além da criação de novas vagas, a criação de novas escolas, de novos cursos e ainda formação de professores e de quadros técnicos. Na esfera federal a expansão está focada na rede federal de educação tecnológica. No plano estadual a tendência expansionista privilegia a rede privada de ensino na qual o Estado compra vagas de formação profissional técnica para jovens e adultos interessados nesse tipo de formação: Programa de Educação Profissional- PEP.

Se com a expansão do ensino técnico de nível médio pretende-se abrir novas oportunidades de formação e de inserção no mundo do trabalho para os jovens é preciso ter presente que a possibilidade de problemas relacionados à evasão, pode comprometer essas

mesmas oportunidades. Assim, a identificação de processos de evasão pode conduzir ao desenvolvimento de metodologias de monitoramento do ensino técnico que, por sua vez, podem promover medidas de prevenção desse processo como sugerido na literatura acima mencionada.

O já citado Programa de Educação Profissional de Minas Gerais- PEP/MG vem monitorando a evasão nos cursos oferecidos. O resultado de tal monitoramento é inequívoco quanto à necessidade de aprofundar tanto o conhecimento sobre as causas como de desenvolver medidas capazes de controlar a evasão estudantil. O índice de evasão em 2008 foi de 27,43%. É um índice que pode ser considerado como muito elevado em qualquer circunstância regular de ensino, mas, ele ganha relevância especial quando se considera que os estudantes matriculados no PEP recebem bolsas de estudo para realizar os cursos.

Dentre as 12 causas com maior frequência destacam-se:

1. abandono do curso por motivo de emprego (36,56%);
2. horário incompatível do curso (9,15%);
3. abandono sem qualquer justificativa(20,91%) .

Evasão no PEP – MG - 1º. Semestre 2008

Motivo	%
MUDANÇA DE MUNICÍPIO	4,23
INGRESSO NO CURSO SUPERIOR	7,4
EMPREGO	36,56
ESTUDOS	8,91
TRANSPORTE	2,95
SAÚDE	3,01
FILHOS	1,43
NÃO SE IDENTIFICOU COM O CURSO	1,75
HORÁRIO INCOMPATÍVEL	9,15
DESISTENTE/SEM JUSTIFICATIVA	20,91
GRAVIDEZ	1,85
ACHOU MUITO DIFÍCIL	1,85

SEEMG – PEP 2009

A metodologia adotada pela Secretaria de Educação para identificar essas causas da evasão no PEP considera principalmente os fatores individuais que podem ter interferido na decisão de abandono. No entanto, como vimos, a evasão é resultado de um processo

complexo no qual intervém variáveis individuais, institucionais e sociais e que devem ser compreendidas nas suas particularidades, mas também nas suas inter-relações.

Por outro lado, a existência de evasão tão elevada em cursos técnicos organizados a partir de uma política pública que busca expressamente privilegiar a formação profissional como recurso de inserção dos jovens no mercado de trabalho, remete nossa discussão para mais um dos contextos em que se insere a pesquisa sobre evasão na educação técnica brasileira. Trata-se do dualismo que tem sido a marca mais constante da política educacional brasileira na organização da escola média.

#### **4 . A política educacional e o dualismo na escola média brasileira**

A dualidade de objetivos e de organização é reconhecida como a marca distintiva da escola média no Brasil, desde os anos 30 do século XX até hoje: de um lado, formação geral tendo em vista a continuidade de estudos no nível superior; de outro, formação profissional com foco mais imediato no mercado de trabalho. A primeira destinada aos filhos das elites econômicas e culturais e a segunda voltada para os jovens e adultos cuja alternativa principal é o mercado de trabalho, sem grandes perspectivas de continuidade de estudos.

Essa marca dualista ganhou contornos muito bem definidos entre 1942 e 1946 quando foram criadas as Leis Orgânicas do ensino que instituiu cursos nas áreas industrial, comercial e agrícola como ramos distintos da, então, educação secundária. Como recurso complementar de formação de força de trabalho, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com o objetivo de oferecer cursos avulsos para atender exigências específicas das indústrias que, por sua vez, deveriam participar do financiamento desse serviço. (ROMANELLI, 1978; LÜSCHER, 1980)

Desde então, a educação média no Brasil passou por cinco reformas educacionais, uma a cada década. Essas reformas e as suas definições complementares apresentam uma característica notável que é o movimento pendular em sua condução, ora contemplando perspectivas de unificação ou de articulação da formação geral com a formação técnica, ora dissociando claramente os dois tipos de formação. Em nenhum desses momentos, contudo, a marca da dualidade foi superada. Na atualidade, a política educacional é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e por inúmeros decretos, resoluções e regulamentações que a seguiram. Esse conjunto de medidas não apenas manteve como

aprofundou a dualidade entre formação geral e formação profissional ao organizar a educação técnica de nível médio em uma rede totalmente distinta da educação básica.

A política educacional da década de 1990, ao organizar a educação profissional de forma totalmente distinta da educação de nível médio, contrariou importantes tendências, indicadas em estudos e pesquisas e já presentes no contexto mais amplo das relações de trabalho. Essas tendências apontavam para a rápida substituição de um modelo de formação profissional centrado na especialização estrita e na segmentação do trabalho, característica dos modelos fordista e taylorista de organização do trabalho por outro modelo centrado na formação geral e de base científica e tecnológica, para todos os trabalhadores. Esse seria o corolário do avanço tecnológico, da flexibilização dos processos de trabalho e da racionalização da produção (PAIVA, 1989).

Em 2004, um novo decreto encaminha uma rearticulação entre o ensino médio e o técnico propondo sua organização em três modalidades: integrada, concomitante e subsequente. No entanto, como veremos a modalidade que propõe integrar o ensino técnico ao médio tem pouca expressão numérica no contexto educacional.

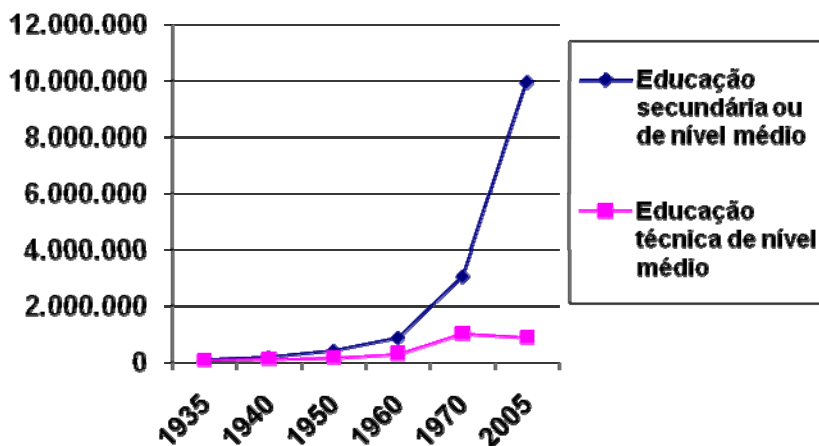
A seguir faremos uma apresentação de alguns dados que ilustram do ponto de vista quantitativo e descritivo alguns aspectos do ensino médio e do ensino técnico, no Brasil e em Minas Gerais.

1. Em primeiro lugar, o crescimento das matrículas na educação técnica de nível médio, ao longo de 70 anos, foi muito menor do que o seu correspondente no ensino médio de formação geral. (Quadro 1

### **Quadro 1**

#### **Evolução das matrículas na educação de nível médio e na educação técnica**

**Brasil 1935 - 2005**



**Fontes:** 1) *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, nº 101, Estatísticas da Educação Nacional, 1960/71. MEC.

2) População no Brasil na Escola Média In: ROMANELLI, O (1978) *História da educação no Brasil* (1930/1973). Vozes.

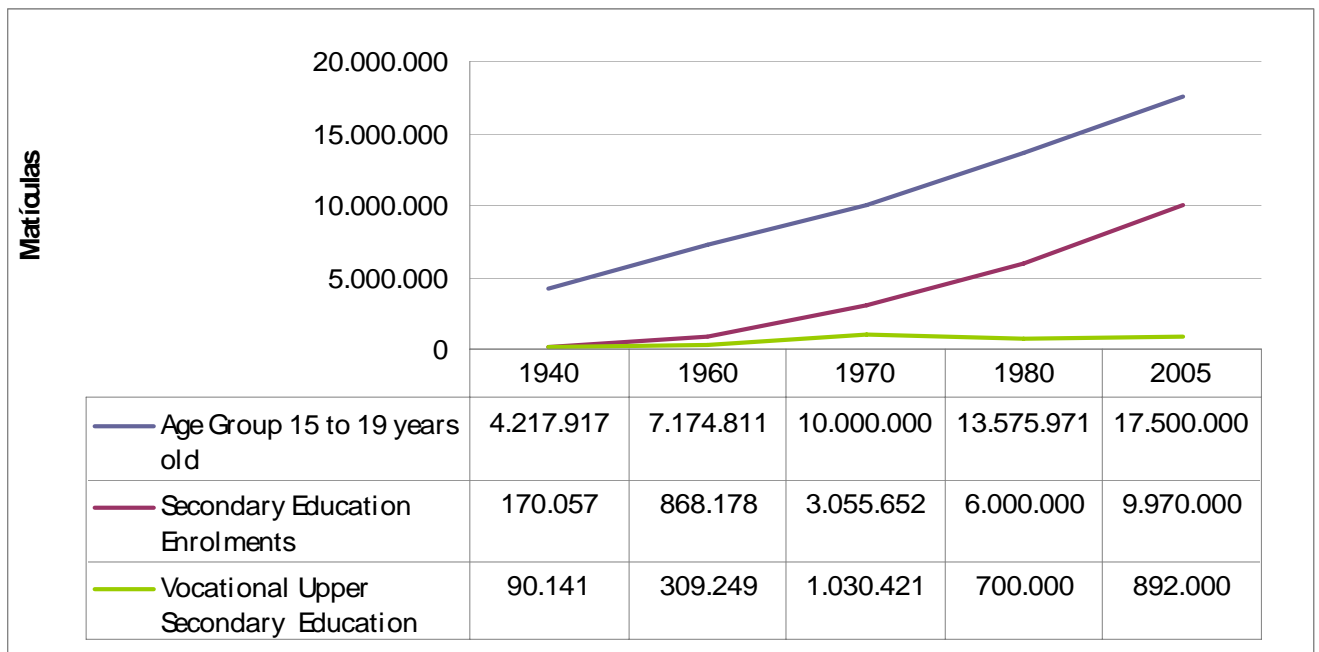
3) IBGE/INEP Censo Escolar, 2005.

Entre 1935 e 2005 o número de matrículas na educação de nível médio cresceu quase 11 mil vezes (10,600%) saltando de noventa e três mil matrículas (93.000) para, aproximadamente, 10 milhões em 2005. Durante o mesmo período, O crescimento da educação técnica a educação técnica foi muitas vezes menor, saltando de 62.000 em 1935 para menos de 1 milhão de matrículas (892.000) em 2005.

O completo entendimento desses números demandaria uma análise dos intensos processos de desenvolvimento econômico, industrial e urbano no Brasil, dos anos 30 aos nossos dias. Contudo, esse não é o nosso objetivo do momento. Queremos apenas ressaltar que durante todo esse período, o crescimento da educação técnica não foi tão expressivo quanto poderia sugerir a intensa industrialização e urbanização por que passaram a sociedade brasileira. A partir dos anos 1960 e especialmente nos anos 70 houve crescimento da educação profissional de nível médio em consequência da política educacional adotada. Contudo, foi um crescimento artificial uma vez que todo o ensino médio foi compulsoriamente profissionalizado. No início dos anos 80, quando a política de profissionalização compulsória foi extinta deixando a opção pela profissionalização a critério das escolas, estas, em sua maioria, retomaram o currículo de formação geral abandonando a perspectiva profissionalizante.

2. Em segundo lugar, constata-se que a maioria da população na faixa etária de 15 a 19 anos não frequenta a escola técnica e encontra-se também fora da escola de ensino médio. Mesmo o significativo crescimento no número de matrículas escolares no Brasil, nas últimas décadas, não foi suficiente para incluir os jovens entre 15 e 19 anos. Em 2005, havia cerca de 17 milhões e 500 mil jovens nessa faixa etária, mas, apenas 40% deles encontravam-se matriculados na escola média e somente 5,1% estavam matriculados em escolas técnicas. **(Quadro 2)**

**Quadro 2**  
**Ensino médio e Ensino Técnico**  
**Crescimento das matrículas no grupo etário 15 a 19 anos**  
**Brasil: 1940 – 1960 – 1970 - 1980 - 2000 - 2005**



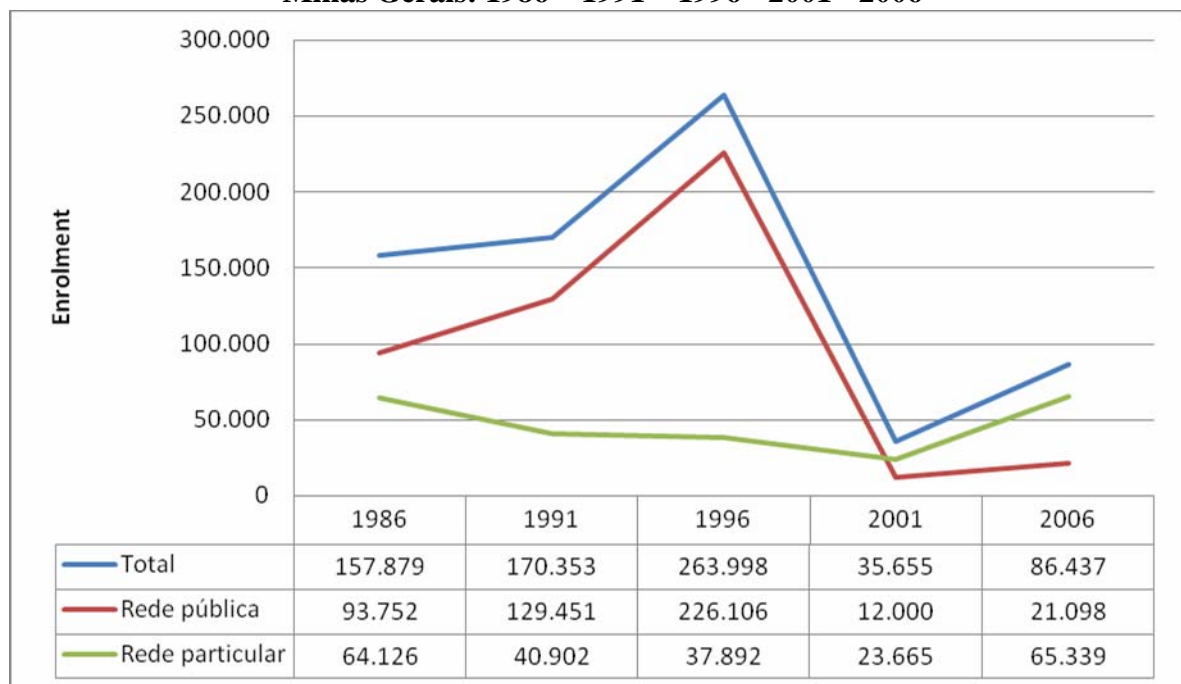
Source: IBGE

**Em 2007** a situação no ensino médio e na educação técnica mantém-se próxima da de 2005 apresentando inclusive uma tendência a um decréscimo no número de matrículas tanto no ensino médio quanto no técnico.



3. Em terceiro lugar, observa-se uma predominância do setor privado na oferta de educação profissional de nível médio. Essa tendência é muito evidente em Minas Gerais. A partir dos anos 40 do sec. XX , quando a educação técnica foi incorporada ao sistema regular de ensino, até a metade dos anos 60 a educação técnica foi financiada, basicamente, pelo Estado. É a partir dos anos 60 que o setor privado intensifica sua presença nas escolas de formação técnica, mas, é principalmente de 1966 em diante que ocorre uma clara transferência do setor público para o privado no que tange a oferta de educação técnica de nível médio. (Quadro 3)

**Quadro 3**  
**Crescimento das matrículas na educação técnica no setor público e no privado**  
**Minas Gerais: 1986 – 1991 – 1996 - 2001 - 2006**



Fonte: 1986 – 1996 (SSP) 2000-2006 (MEC/INEP/Censo Escolar)

Nos anos 90, a política educacional adotada pelo governo brasileiro seguiu as diretrizes recomendada pelo Banco Mundial o que teve como conseqüências imediatas: 1º uma redução significativa no crescimento da educação técnica de nível médio; 2º a sua intensa privatização. Esse duplo movimento ocorreu de forma diferenciada entre os estados da federação mas, foi extremamente claro em Minas Gerais, como se vê no quadro 3.

4. No Brasil, pelo censo escolar de 2006, havia 3376 estabelecimentos de ensino, públicos e privados, na educação técnica de nível médio: 70,4% deles na rede particular de ensino. De 2001 a 2006 a tendência ao crescimento da rede particular é evidente, conforme a **Tabela 1**.

**Tabela 1- Estabelecimentos da Educação Profissional de Nível Médio por Dependência Administrativa – Brasil – 2001 a 2006**

Ano	Total	Estabelecimentos por Dependência Administrativa – Brasil							
		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
		N	%	N	%	N	%	N	%
2001	2.441	125	5,2	619	25,7	103	4,3	1.564	64,9
2002	2.962	139	4,7	891	30,1	110	3,7	1.822	61,5
2003	3.084	138	4,5	765	24,8	119	3,9	2.062	66,9
2004	3.154	143	4,5	622	19,7	134	4,2	2.255	71,5
2005	3.301	146	4,4	646	19,6	137	4,2	2.372	71,9
2006	3.376	144	4,3	727	21,5	129	3,8	2.376	70,4

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar

No estado de Minas Gerais (**Tabela 2**) a presença do setor privado é ainda mais acentuada. Entre 2001 e 2006 o número de escolas particulares cresceu aproximadamente 216% enquanto no país como um todo o crescimento foi de 138%.

Em 2007, tanto no Brasil como em Minas Gerais essa tendência se mantém.

**Tabela 2 – Estabelecimentos da Educação Profissional de Nível Médio por Dependência Administrativa – Minas Gerais – 2001 a 2006**

Ano	Total	Estabelecimentos por Dependência Administrativa – Minas Gerais							
		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
		N	%	N	%	N	%	N	%
2001	210	18	8,6	9	4,3	21	10,0	162	77,1
2002	278	22	7,9	16	5,8	25	9,0	215	77,3
2003	369	22	6,0	35	9,5	27	7,3	285	77,2
2004	404	22	5,4	35	8,7	34	8,4	313	77,5
2005	431	22	5,1	30	7,0	34	7,9	345	80,0
2006	453	21	4,6	23	5,1	30	6,6	379	83,7

Fonte: MEC/INEP – Censo Escolar 2001 a 2006

**Tabela 3 – Matrícula da Educação Profissional por Dependência Administrativa, 2001 a 2006 – Minas Gerais**

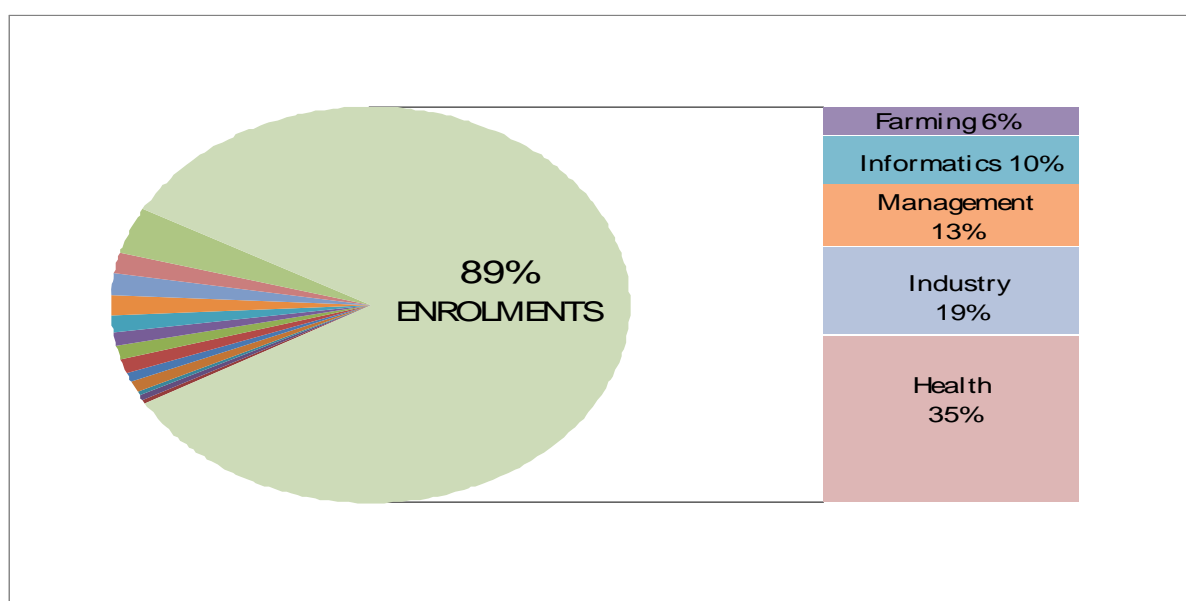
Ano	Total	Matrículas por Dependência Administrativa							
		Federal		Estadual		Municipal		Privada	
		N	%	N	%	N	%	N	%
2001	35.655	8.377	23	1.254	4	2.359	7	23.665	66
2002	60.045	13.321	22	2.361	4	4.302	7	40.061	67
2003	75.037	14.943	20	4.558	6	4.322	6	51.214	68
2004	81.474	15.726	19	4.857	6	5.021	6	55.870	69
2005	86.168	15.617	18	4.376	5	4.683	5	61.492	71
2006	86.437	13.006	15	3.638	4	4.454	5	65.339	76

Fonte: MEC/INEP Censo Escolar 2001 a 2006

Em Minas Gerais, a matrícula na rede particular alcançou, em 2006, 76% do total.

5. Outro aspecto a ser ressaltado na educação técnica no Brasil e em Minas Gerais refere-se à concentração de matrículas em algumas poucas áreas de formação. Em 2006, em 11 eixos tecnológicos que concentram uma gama extremamente variada de cursos apenas 5 áreas concentravam aproximadamente 90% do total de matrículas: Saúde (35%); Indústria (19%); Gestão (13%) e Informática (10%) e Agropecuária (6%).

**Quadro 4**  
Matrículas na educação técnica x Áreas de formação  
Brasil - 2006



Source: MEC/INEP/School census 2001-2006